



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Paraty
Secretaria Executiva de Governo

Paraty, 18 de junho de 2015.

MENSAGEM À CÂMARA Nº 017/2015

À Sua Excelência o Senhor
Luciano de Oliveira Vidal
Presidente da Câmara Municipal de Paraty
Assunto: Projeto de Lei que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação.

Senhor Presidente.

Estamos encaminhando a essa Egrégia Casa Legislativa, para apreciação e votação, Projeto de Lei que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação.

A Lei nº 13005, de 25 de junho de 2014 aprovou o Plano Nacional de Educação e baseado nessa Lei, a Prefeitura Municipal de Paraty, através de sua Secretaria de Educação, promoveu os estudos e finalizou sua execução numa Conferência, com amplos debates, inclusive com a sociedade civil organizada, analisando a situação do ensino no Município, suas diretrizes e metas previstas no PNE.

Lembrando que o Poder Executivo tem dado prioridade para a educação no Município, inclusive com a revitalização de inúmeras escolas, que se encontravam em estado precário, oferecendo mais limpeza, conforto para os alunos, professores e servidores da área.

Em face do exposto, solicitamos aos nobres Edis, a apreciação, votação e aprovação do projeto enunciado, em regime urgência urgentíssima, por tratar-se de matéria de interesse e de grande relevância para todos.

Cordialmente,

CARLOS JOSÉ GAMA MIRANDA
Prefeito



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY
SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO**

APROVADO	
Por <u>85</u>	votos a favor
<u>7</u>	votos contra
e <u>1</u> abstenção(ões).	
Paraty, <u>29/10/2015</u>	
_____ Presidente	

Projeto de Lei nº /2015

035

Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação - PME para o decênio 2015/2025, e dá outras providências.

Carlos José Gama Miranda, Prefeito Municipal, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com duração de dez anos, na forma contida no Anexo desta Lei, com vistas ao cumprimento do artigo 8º da Lei 13.005/2014.

Art. 2º As diretrizes do Plano Municipal de Educação correspondem às diretrizes do Artigo 214 da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases e do Plano Nacional de Educação constantes na Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, e são:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY
SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO**

Art. 3º O processo de elaboração do Plano Municipal de Educação e a organização da Conferência Municipal de Educação foi coordenado pelo GTPME- Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Educação - constituído conforme Portaria 253/2015 e publicada em 17 de junho de 2015. O Conselho Municipal de Educação integrou a mesa dos trabalhos na Conferência, com participação da sociedade, e em conformidade com o Plano Nacional de Educação e demais legislações educacionais.

Art. 4º O Plano Municipal de Educação reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia.

Art. 5º As metas previstas no Anexo Único desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para as metas e estratégias específicas.

Art. 6º O Fórum Municipal de Educação de Paraty subsidiado pela Secretaria Municipal de Educação, convocará, planejará e coordenará a realização de pelo menos 02 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, com intervalo de quatro anos entre elas, em consonância com as conferências nacional e estadual de educação, com o objetivo de avaliar a execução deste PME e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação para o decênio subsequente.

Art. 7º Será de responsabilidade do Fórum Municipal de Educação em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, avaliar a execução do PME, estabelecendo os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas e das estratégias.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação, com o apoio do Conselho Municipal de Educação e do Fórum Municipal de Educação, diligenciará para que as medidas associadas e complementares as constantes no PME sejam adotadas pelos demais setores e unidades da administração.

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, e de outros recursos captados no decorrer da execução do plano.

Art. 10º O Fórum Municipal de Educação será convocado a partir da aprovação desta Lei e regerá seu funcionamento através de Regimento Interno.

Art. 11º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paraty,

Carlos José Gama Miranda
Prefeito Municipal

APROVADO	
Por <u>05</u>	votos a favor,
<u>1</u>	votos contra
e <u>1</u>	abstenção(ões).
Paraty, <u>29/06/15</u>	
_____ Presidente	

LEI Nº XXXXX/2015

ANEXO I

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARATY

METAS E ESTRATÉGIAS

EIXOS TEMÁTICOS – MODALIDADES

EDUCAÇÃO INFANTIL

APROVADO
Por <u>35</u> votos a favor,
<u>—</u> votos contra
<u>—</u> abstenção(ões).
Paraty, <u>29/06/15</u>
<u>Presidência</u>

Meta 1 - universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

1.1 - garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município de Paraty, formas de expansão da rede pública de Educação Infantil;

1.2 - estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;

1.3 - garantir o atendimento da demanda manifesta por vagas para crianças de 4(quatro) a 5 (cinco) anos durante o período de matrícula a partir do ano letivo de 2016, na infraestrutura atual e ampliar em 10% a cada ano a oferta de vagas para atendimento diagnosticado em busca ativa e considerando os dados apontados pela PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar);

1.4 - definir, em regime de colaboração entre a União, Estado do Rio de Janeiro e o Município de Paraty, formas de criação e expansão de vagas em creches para o atendimento de 0 a 3 anos, respeitando as normas vigentes para esta etapa;

1.5 - realizar, periodicamente, em regime de colaboração entre os diversos setores do município, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.6 - garantir o levantamento das peculiaridades locais para definir os padrões de qualidade, respeitando as normas nacionais de acessibilidade para construção/ampliação da infraestrutura das escolas de educação infantil, considerando as orientações oficiais e envolvendo as comunidades locais;

1.7 - fomentar condições para que, ao final da vigência do PME (2025), seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;

1.8 - garantir, em regime de colaboração com a União e, respeitadas as normas nacionais de acessibilidade e as peculiaridades locais, a reestruturação das escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil;

1.9 - pactuar com as Secretarias de Saúde, Promoção Social, Cultura e Esporte e Lazer, instituições, ONGS e outros, o planejamento conjunto com o objetivo de esclarecer e sensibilizar famílias e sociedade sobre a importância do Cuidar, Educar e Brincar para o desenvolvimento da criança na primeira etapa da Educação Básica;

1.10 - implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, instituições de assistência e proteção à infância e órgãos não governamentais, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

1.11 - incentivar, através da flexibilização da frequência, o fortalecimento dos vínculos de crianças em idade correspondente à Educação Infantil e seus familiares, estimulando o convívio familiar, tais como em: férias, viagens e outras necessidades específicas preservando o direito de opção da família em relação à frequência das crianças de até 3 (três) anos à escola nestes períodos, normatizada pelo PPP e no Regimento das Escolas;

1.12 - atualizar o Regimento Geral das Escolas Municipais prevendo as demandas por recursos Humanos em vista da ampliação ao atendimento à Educação Infantil com a participação da comunidade;

1.13 - promover a criação dos Regimentos Internos das unidades escolares municipais de Educação Infantil com base no Regimento Geral já atualizado;

1.14 - construir e/ou atualizar o projeto político pedagógico das Escolas do Município de Educação Infantil, considerando as Diretrizes Curriculares desta etapa da Educação Básica;

1.15 - buscar parcerias com Universidades, preferencialmente públicas, nos cursos de estatística ou assemelhados, com a finalidade de realizar diagnósticos locais de demandas reprimidas/ocultas para a Educação Infantil;

1.16 - intensificar o movimento de reorientação curricular da rede municipal, com participação dos profissionais de educação, em articulação com Universidades e/ou

APROVADO
Por 05 votos a favor,
0 votos contra
0 abstenção(ões).
Paraty, 29 de Maio de 2025

assessoria de especialistas com ampla expertise no assunto, com vistas a estabelecer os parâmetros avaliativos de acompanhamento do processo de aprendizagem na Educação Infantil;

1.17 - fortalecer o processo de formação continuada dos profissionais que atuam no atendimento à Educação Infantil, garantindo assim, a efetiva implementação da reorientação curricular, do acompanhamento e orientação pedagógica, ampliando, quando necessário, a contratação, para a rede privada, e realização de concurso público, para a rede pública, de coordenadores pedagógicos para essa modalidade de ensino, conforme previsto no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV do magistério;

1.18 - implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da oferta de Educação Infantil no município, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.19 - incentivar a articulação da oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação, com a expansão da oferta na rede escolar pública;

1.20 - preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, inclusive considerando o número de estudantes por sala e o quantitativo de profissionais por grupo de estudantes, visando à formação integral da criança enquanto cidadã, e a articulação com a etapa escolar seguinte;

1.21 - fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, preferencialmente, dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.22 - oferecer o acesso à Educação Infantil em tempo parcial ou integral, preservando o direito de opção da família para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a oferta das instituições locais;

1.23 - garantir, periodicamente, o provimento de materiais didáticos e paradidáticos, bem como equipamentos e acervo literário, iconográfico e videográfico específicos para o atendimento à educação infantil;

1.24 – estabelecer critérios para o provimento de cargos que atendem a educação infantil, em especial as creches, garantindo, na rede municipal de ensino, a realização de concurso público específico para esta modalidade de ensino.

APROVADO	
Por	<u>05</u> votos a favor,
	<u>—</u> votos contra
e	<u>—</u> abstenção(ões).
Paraty,	<u>29/06/15</u>
	<u>3</u>
	_____ Presidente

ENSINO FUNDAMENTAL

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, garantindo a alfabetização de todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental e que, até o último ano de vigência deste PME, pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada;

Estratégias:

2.1 - manter a estruturação dos processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

2.2 - utilizar instrumentos de avaliação periódicos e específicos, para aferir a alfabetização das crianças garantindo que cada professor se aproprie desses resultados a fim de utilizá-los para a melhoria da qualidade do seu trabalho e instituir instrumentos próprios de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os estudantes e estudantes até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

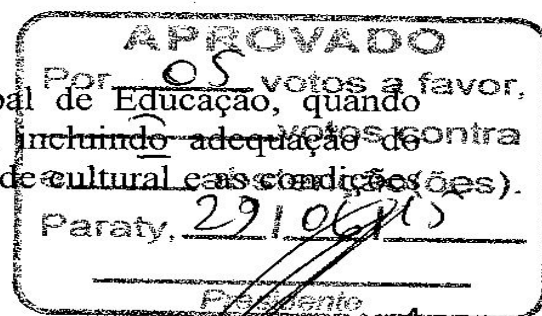
2.3 - Fomentar o desenvolvimento e utilização de tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes(a), assegurando a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o registro e acompanhamento dos seus resultados.

2.4 - promover a articulação com a SEEDUC/RJ para a formação inicial e com diferentes instituições de diversas instâncias à formação continuada de professores (as), especificamente para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras;

2.5 - Garantir, na vigência deste PME, a implantação de programas de apoio e reforço escolar, através de parcerias e convênios Federal e Estadual, ONGs, OCIPs e outras entidades, quando necessário, para os estudantes que dele necessitem, a fim de prevenir a defasagem idade/ano escolar;

2.6 - garantir o atendimento da demanda manifesta por vagas no Ensino Fundamental durante o período de matrícula anualmente e ampliar as vagas para o atendimento diagnosticado em busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.7 - regulamentar, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, quando necessário, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;



2.8 - desenvolver formas alternativas de oferta Pública do Ensino Fundamental, garantida a qualidade, para atender todas as comunidades consideradas de difícil acesso na própria comunidade, mediante consulta prévia, livre e informada;

2.9 - Garantir a matrícula de Ensino Fundamental em todas as localidades, inclusive nas consideradas de difícil acesso;

2.10 - promover no prazo de dois (2) anos a revisão coletiva e dialógica do Regimento das Escolas Municipais a fim de atualizar os critérios para organização do quantitativo de estudantes por turma, limitados ao número de 25 estudantes nos primeiros anos do Ensino Fundamental e 30 nos anos finais, considerando a especificidade de turmas com estudantes incluídos, turmas multianuais, assim como a razão estudante/espaço definida em padrão nacional, com vistas à garantia da qualidade do processo pedagógico;

2.11 - garantir a construção e implantação dialógica e processual do Projeto Político-Pedagógico em todas as Unidades Escolares, a partir da publicação deste PME.

2.12 - criar mecanismos de enfrentamento dos índices de distorção idade/ano escolar, considerando a realização anual do levantamento dos mesmos, podendo esta ação, quando necessária, ser feita em articulação intersetorial (Secretaria de Saúde, Promoção Social, Esportes, entre outras);

2.13 - elaborar dialogicamente, com as unidades escolares as propostas de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) estudantes do Ensino Fundamental, considerando as diretrizes nacionais e as especificidades locais e encaminhar ao Conselho Municipal de Educação, no prazo de 03 anos;

2.14 - fortalecer e ampliar o Programa Saúde na Escola - PSE como uma das Políticas Públicas intersetorial (Secretaria de Saúde, Promoção Social, Esportes, entre outros) de acompanhamento psicossocial e pedagógico, de caráter preventivo/corretivo, educativo e de enfrentamento, individualizado dos (as) estudantes do Ensino Fundamental;

2.15 - promover o acompanhamento e o monitoramento da permanência e do aproveitamento escolar dos estudantes, em especial aqueles em situação de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.16 - Garantir orçamento via PAR¹ para criação e ampliação em 10% a cada ano, em toda a rede municipal de ensino, de espaços para o desenvolvimento de tecnologias pedagógicas, incluindo as atuais, com a finalidade de enriquecer a prática docente, garantindo a formação do professor para sua utilização, bem como a manutenção desses espaços e equipamentos, tais como: sala de leitura multifuncional, pátios recreativos, parque e jardins, garantindo a acessibilidade;

APROVADO
Pol. PSE - votos a favor, _____
votos contra _____
e _____ abstenção(ões).
Paraty, 22/06/15

¹ Plano de Ações Articuladas – Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo Ministério da Educação/ Governo Federal.

2.17 - garantir, na rede pública de ensino, previstoo planejamento, a aquisição e/ou reposição, anual, de acervo literário, materiais pedagógicos, de papelaria e multimídia, adequados e de qualidade, inclusive os específicos ao atendimento da Educação Especial, de acordo com a demanda apresentada pelas Unidades Escolares;

2.18 - Promover e fortalecer a interlocução das escolas com instituições e movimentos sociais, culturais e comunitários, como parte dos Projetos Político-Pedagógicos, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.19 - incentivar, promover e fortalecer a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento da vida escolar dos filhos, e o protagonismo estudantil através de diversos mecanismos, considerando os que são preconizados pelos órgãos que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, mantendo o registro atualizado das ações realizadas para esse fim;

2.20 - garantir a implantação de novos Conselhos Escolares em pelo menos 60% das Unidades Escolares até o segundo ano de vigência deste PME, fortalecendo e consolidando, sua implantação em todas as Unidades até o final de sua vigência;

2.21 - incentivar e divulgar a participação de professores e estudantes em certames² e concursos visando ao estímulo do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes em diferentes áreas do currículo escolar;

2.22 - promover por meio de concurso público específico, na rede municipal e contratação, na rede privada, de profissionais habilitados para fortalecer a disseminação do desporto educacional e o desenvolvimento esportivo nas escolas através da articulação entre as Secretarias Municipais, Ongs, Universidades e outras entidades voltadas para esse fim;

2.23 - regulamentar e ampliar os programas e ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, por meio do acompanhamento do (a) estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, formação de turmas de projetos diferenciados, estudos de recuperação de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade, através de parcerias com ONGs, entidades Filantrópicas, por Programas Federais, Estaduais desde que devidamente regulamentados e apreciados pelo CME e CMDCA, sendo feita a consulta prévia, livre e informada às comunidades escolares.

2.24 - promover, anualmente, com a participação da comunidade escolar discussões e reflexões críticas acerca da funcionalidade do currículo escolar;

2.25- Criar e regulamentar Equipe Multidisciplinar, para atuar dentro da Unidade Escolar, orientando, triando, acompanhando e direcionando os corpos docente e discente;

APROVADO

Por 05 votos a favor,
1 votos contra
e 1 abstenção(ões).

29/06/15

Presidente, 6

² Certames: eventos em que equipes se enfrentam publicamente, tais como feiras de ciência ou ginásticas.

3.7 - garantir o acesso dos estudantes do Ensino Médio a bens e espaços educativos, culturais e esportivos, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, em ambientes adequados, integrada ao currículo escolar;

3.8 - garantir, apoiar e incentivar a criação de grêmios estudantis, livres e autônomos, como espaço de participação e de exercício da cidadania, fomentando o protagonismo juvenil;

3.9 - fortalecer os programas e ações de correção de fluxo, por meio do acompanhamento individualizado do (a) estudante (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.10 - promover o diálogo entre as redes de ensino, a fim de acompanhar o êxito dos programas de correção de fluxo realizados no Ensino Fundamental;

3.11 - incentivar a participação dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a Educação Básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;

3.12 - promover articulação e convênios entre o governo municipal, entes federados, e outras parcerias, prioritariamente com instituições públicas e/ou comunitárias de acordo com consulta prévia, livre e informada à comunidade escolar, a fim de que se garanta a oferta de Ensino Médio técnico profissionalizante integrado e/ou concomitante no Município, propiciando tanto a qualificação quanto a formação;

3.13 - articular com instituições públicas a oferta de matrículas de Ensino Médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades tradicionais e das pessoas com deficiência, mediante consulta prévia, livre e informada à comunidade escolar;

3.14 - articular com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude, o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos estudantes no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em especial, os beneficiários (as) de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias;

3.15 - colaborar para o estabelecimento de regime de cooperação técnica entre entes federados, SEEDUC/RJ e a SME, a fim de redimensionar a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender à demanda manifesta, promovendo o levantamento das necessidades específicas das comunidades;

FORMULÁRIO DE VOTO

Por 85 votos a favor,

0 votos contra

0 abstenção(ões).

Paraná, 10 de Maio de 2015

Presidente

3.16 - criar espaços dentro e fora da escola a fim de motivar a participação dos adolescentes nos cursos, concursos e certames nas áreas tecnológicas e científicas, valorizando e divulgando os bons resultados obtidos no Município;

3.17 - articular e viabilizar parcerias, prioritariamente com as instituições de Ensino Superior públicas, para a participação da comunidade escolar em programas que qualifiquem ações voltadas para o desenvolvimento social e a articulação família – escola.

3.18 - Pactuar ações que levem a elevação do número de matrículas da Educação Profissional Técnica de nível Médio, assegurando a qualidade da oferta e expandindo-a em pelo menos 50% (cinquenta por cento) no segmento público, considerando a demanda manifesta e reprimida no Município.

3.19 - levantar a demanda para a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de nível Médio na modalidade de Educação a Distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade e as condições técnicas para esta modalidade, principalmente acesso às tecnologias da informação;

3.20 - colaborar para a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de nível Médio nas redes públicas estaduais de ensino, fortalecendo a articulação institucional para sua estruturação, incluindo compra, instalação e manutenção de equipamentos, utilizando os dados do SGRF (Sistema de Gerenciamento da Rede Física /SEEDUC - RJ) para definição das necessidades de cada unidade de ensino.

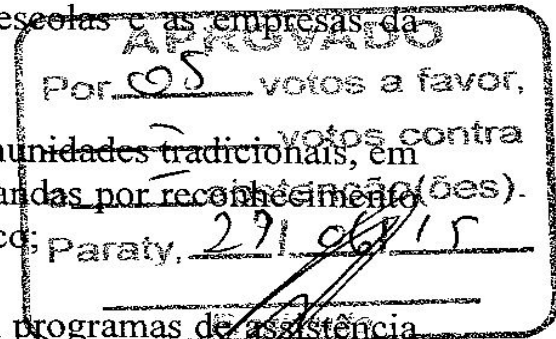
3.21 - manter o apoio à expansão do estágio na Educação Profissional Técnica de nível Médio e do Ensino Médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude, estimulando a criação de convênios entre as escolas e as empresas da região;

3.22 - promover a articulação com entes federados e comunidades tradicionais, em programas específicos, na medida em que se apresentem demandas por reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico;

3.23 - acompanhar e divulgar o investimento federal em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando o acesso dos estudantes do Município às condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão desses nos cursos técnicos de nível médio;

3.24 - incentivar a permanência dos docentes que atuam nesta modalidade no Município, criando condições de estrutura para alojamento e estudo na Cidade;

3.25 - fortalecer mecanismos de articulação entre escolas e famílias, com vistas a favorecer o acompanhamento da vida escolar dos estudantes, promovendo a diminuição dos índices de evasão no Ensino Médio e Profissionalizante;



3.26 - Incentivar a criação de instituições públicas de ensino técnico no Município, através de parcerias com o governo Federal e Estadual, conforme a demanda previamente levantada.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Meta 4 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais visando erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, elevar a escolaridade média da população de jovens e adultos, de forma integrada à Educação Profissional, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano.

Estratégias:

4.1 - assegurar a oferta pública da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria, realizando diagnóstico dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na EJA, em articulação com a SEEDUC/RJ;

4.2 - ampliar a oferta pública de Educação de Jovens e Adultos que estejam fora da escola e com defasagem idade-ano, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

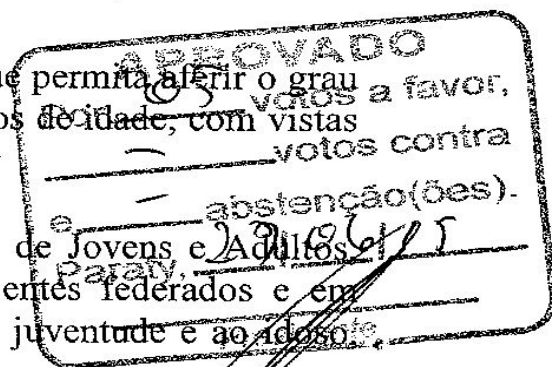
4.3 - realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade, com vistas a identificar a demanda de analfabetismo funcional no município;

4.4 - realizar chamadas públicas regulares para Educação de Jovens e Adultos promovendo-se busca ativa, em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com as áreas de Assistência Social, Saúde e proteção à juventude e ao idoso, bem como com organizações da sociedade civil;

4.5 - apoiar técnica e financeiramente programas inovadores na Educação de Jovens e Adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) estudantes (as), valorizando os movimentos sociais locais;

4.6 - estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, promovendo a negociação ampla com os setores públicos e privados para possibilitar a presença do trabalho no processo educativo e vice-versa;

4.7 - implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) estudantes (as) considerados com Necessidades Educacionais Especiais, articulando os sistemas de ensino, à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e



Tecnológica, às universidades, às cooperativas e às associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

4.8 - considerar, nas políticas públicas voltadas aos jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiências dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

4.9 - implementar, inclusive através de parcerias, preferencialmente públicas e/ou comunitárias, mediante consulta prévia, livre e informada, programas e desenvolvimento de tecnologias para correção de fluxo, estabelecendo o acompanhamento pedagógico individualizado dos estudantes com rendimento escolar defasado, garantindo a sua recuperação e progressão, considerando as especificidades dos segmentos populacionais;

4.10 - garantir acesso gratuito a exames de certificação para a conclusão do Ensino Fundamental e estabelecer parceria com a SEEDUC-RJ para a certificação de conclusão do Ensino Médio;

4.11 - promover, em parceria com as áreas de Saúde, Assistência Social (Conselho Tutelar, CMDCAP, CME e outros) o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola pelos jovens e adultos, visando identificar motivos de infrequência, colaborando para garantir a frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino;

4.12 - Criar programa municipal de Educação de Jovens e Adultos voltado à conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica;

4.13 - Expandir e facilitar as matrículas na Educação de Jovens e Adultos assegurando seu funcionamento nos períodos diurno e noturno, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a Educação Profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade e da qualidade da formação do (a) trabalhador(a);

4.14 - assegurar a reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos, integrada à Educação Profissional, através da adesão a programas específicos para esse fim, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

4.15 - assegurar a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados as características desses estudantes;

APROVADO
Por _____ votos a favor,
_____ votos contra
e _____ abstenção(ões).
Paraty, 29/06/15
_____ 11
Presidente

4.16 – assegurar, em regime de colaboração com os entes federados e outras entidades voltadas para esse fim, preferencialmente públicas e/ou comunitárias, mediante consulta prévia, livre e informada, a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional;

4.17 – promover a articulação local com o programa nacional de assistência ao estudante, que compreende ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico, contribuindo para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional;

4.18 - implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos de nível médio e técnico;

4.19 - implementar mecanismos diagnósticos para o reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos de nível médio e técnico;

4.20 - instituir calendário para realização de fóruns e seminários no Município, voltados para os jovens e adultos, dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio, objetivando promover a orientação para a escolha de sua formação profissional;

4.21 – garantir o acesso aos espaços para o desenvolvimento de tecnologias pedagógicas, a fim de enriquecer a prática docente e discente e utilização dos espaços e equipamentos, tais como: salas de leitura multifuncional, quadras poliesportivas, auditórios, pátios recreativos, parques e jardins;

4.22 - considerar, nas políticas públicas voltadas aos jovens e adultos, as necessidades dos jovens, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos jovens e à inclusão dos temas voltados para a juventude nas escolas.

4.23- assegurar o desenvolvimento de metodologia específica, em conjunto com as comunidades tradicionais, para a EJA que atenda as demandas das mesmas em seus Territórios, mediante consulta prévia³, livre e informada, de acordo com a legislação vigente;

4.24 – assegurar por meio de parcerias com o sistema de garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente e Promoção Social, atendimento adequado, buscando formação para os profissionais da educação, quando da recepção de jovens e adultos que encontram-se cumprindo medidas sócioeducativas e parceria com a Secretaria de

APROVADO
a favor, _____
votos contra _____
abstenção(ões) _____
Paraty, 21 de 06/15
Rafael

³ A Consulta prévia será validada com a participação de no mínimo 50% dos pais dos estudantes matriculados na Unidade Escolar em questão.

Segurança Pública para casos de maiores de 18 anos cumprindo pena em regime aberto e semiaberto;

4.25 – assegurar o desenvolvimento de metodologia específica para a EJA que leve em consideração as dinâmicas que envolvem este segmento, visando diminuir a reprovação e evasão escolar de forma a viabilizar a conclusão do curso;

EDUCAÇÃO SUPERIOR

META 5 - Ampliar a oferta de vagas na Educação Superior de forma a elevar gradualmente a qualidade da formação dos profissionais do Município.

Estratégias:

5.1 - promover articulações com os programas de expansão e interiorização da rede federal de Educação Superior para a oferta de vagas no Município, considerando a densidade populacional; a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características e demandas da região em conformidade com o PNE, estratégia 12.2, de expansão no Território Nacional;

5.2 – articular a criação de cursos de graduação presenciais e/ou semipresenciais, de universidades públicas, a fim de expandir gradualmente sua oferta, com objetivo de formar os quadros de mão de obra qualificada e especializada no Município;

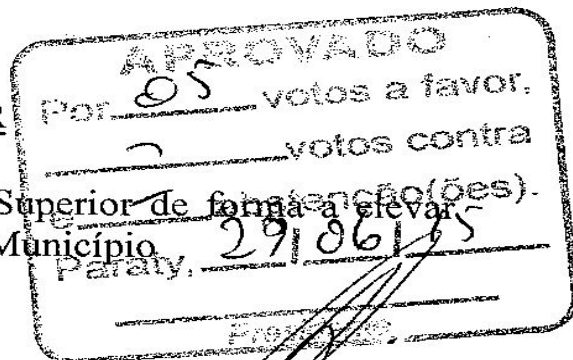
5.3 - garantir mecanismos de incentivo ao acesso à Educação Superior Pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a Educação Básica nas diversas disciplinas, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas, assegurando, quando necessário, inclusive transporte coletivo aos estudantes, mediante critérios previamente regulamentados no Município;

5.4 - articular parcerias com programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social no município;

5.5 - consolidar convênios institucionais para a oferta de estágio no Município e/ou em outros, como parte da formação na Educação Superior;

5.6 - articular parcerias junto aos órgãos colegiados municipais, para o mapeamento da demanda de formação de pessoal de nível superior, considerando as necessidades do desenvolvimento local;

5.7 – promover a articulação com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, buscando a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, oferecidas no Município integrando-os às demandas e necessidades das redes de Educação Básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros estudantes, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para



as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência em consonância com a estratégia 13.4 do PNE;

5.8 - elevar o padrão de qualidade do trabalho pedagógico no Município oferecendo, como estratégia de formação continuada nas redes de ensino, a articulação com programas nacionais e/ou regionais de formação superior e pós-graduação lato e stricto sensu;

5.9 - buscar condições estruturais para estabelecimento de parcerias visando a implantação de polos universitários com o objetivo de oferecer vagas na Educação Superior em universidades públicas no Município;

EIXOS TRANSVERSAIS

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

APROVADO
Por 05 votos a favor,
— votos contra
e — abstenção(ões).
Paraty, 29/06/15
Presidente

Meta 6: Universalizar, para a população com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

6.1 - buscar e garantir parcerias e convênios com entidades públicas e privadas, tais como Secretaria Municipal de Saúde, Promoção Social e APAE, para constituição de hipótese diagnóstica, diagnóstico, laudos médicos, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o (a) estudante, a fim de definir os(as) estudantes da Educação Especial, possibilitando a sua inclusão nos Programas Federais de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o estabelecimento de políticas públicas locais voltadas para a inclusão escolar e social, assegurando ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) estudantes com altas habilidades ou superdotação, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.2 - garantir a implantação, a permanência e o funcionamento, de forma a atender a demanda, conforme o Plano de Ações Articuladas (PAR), de salas de recursos multifuncionais, e, promover a formação continuada a todos os profissionais da educação para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo e das comunidades tradicionais;

6.3 - garantir o atendimento educacional especializado (AEE) em sala de recursos multifuncionais classes, escolas ou serviços especializados nas escolas de Educação Básica da rede pública, em regime de colaboração com os entes federados, públicos ou

conveniados, nas formas complementar e/ou suplementar, a todos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família, os estudantes e os profissionais que o acompanham;

6.4- garantir a implantação, a permanência e o funcionamento, de forma a atender a demanda, no prazo de 12 meses a partir da aprovação deste, a criação do núcleo de Educação Especial como Departamento dentro do Programa Saúde na Escola, de pesquisa e assessoria, para apoiar o trabalho dos (as) professores (as) da Educação Básica no atendimento aos (às) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em articulação com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia, psicologia e psicopedagogia;

6.5 - estabelecer parcerias voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologias assistivas (TICS) com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

6.6 implementar, em parceria com diferentes setores da União, do Estado, do Município e iniciativa privada, a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) estudantes (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva;

6.7 - garantir profissional especializado, preferencialmente concursado, com obrigação de ser agente multiplicador, para atender a demanda manifesta, a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) estudantes surdos e com deficiência auditiva, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

6.8 - garantir a oferta de educação regular inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado (AEE), garantindo professor auxiliar e preferencialmente com redução da quantidade de estudantes, mediante a demanda apresentada na unidade de ensino.

6.9 ampliar e garantir o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente, os beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de

APROVADO
Por _____ Votos a favor,
_____ votos contra
e _____ abstenção(ões).
Paraty, Estado de RJ, 22/06/15

⁴ Tecnologias da Informação e da Comunicação.

condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

6.10 - garantir a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na Educação de Jovens e Adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida e inserção no mercado de trabalho;

6.11 - garantir a criação e a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda manifesta do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

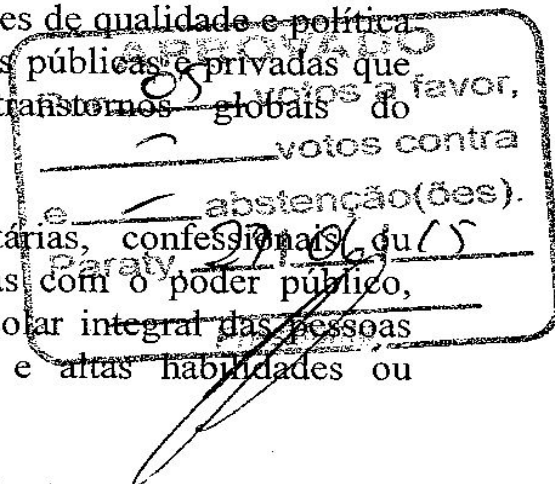
6.12 - aplicar, em consonância com o PNE, os indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

6.13 - promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, de acordo com legislação vigente, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

6.14 - promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, de acordo com legislação vigente, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

6.15 - promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, de acordo com legislação vigente, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo, garantindo o acompanhamento e a fiscalização pela SME;

6.16 - garantir parcerias intersetoriais e externas para levantamento e diagnóstico da demanda de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com vistas ao seu atendimento qualificado e efetivo na Educação Básica;



6.17 – implementar programas específicos para a formação de todos os profissionais da educação para atuar na educação inclusiva, oferecendo condições de participação ativa;

6.18 - promover e favorecer, em conformidade com legislação vigente, o ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, considerando as suas especificidades e múltiplas inteligências, conforme objetivos traçados na adequação curricular;

6.19 – promover a oferta de educação com qualificação profissional de nível fundamental e médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, visando a autonomia dos mesmos;

6.20 - garantir a continuidade do PSE⁵ para complementação do atendimento, auxílio no levantamento de hipóteses diagnósticas e prognósticas por equipe multidisciplinar e ainda, assegurar acesso a tratamento dentro e fora do domicílio, além de prótese se for necessário, bem como encaminhamento para os estudantes da educação básica com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação;

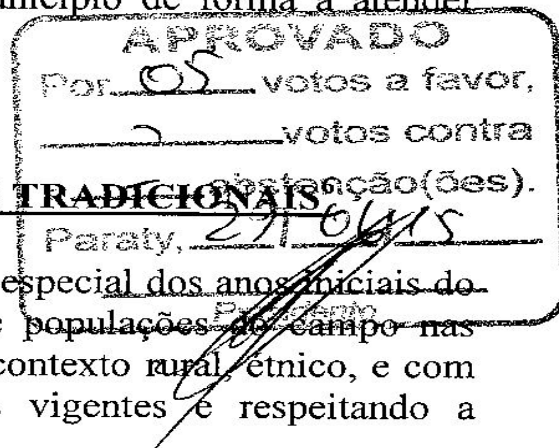
6.21 – garantir a disponibilização de midiateca e materiais de apoio para leitura adaptados para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, nas bibliotecas do Município de forma a atender todas as modalidades de ensino.

EDUCAÇÃO PARA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

META 7 - Garantir a oferta da Educação Básica, em especial dos anos iniciais do Ensino Fundamental, para as comunidades tradicionais e populações do campo nas próprias comunidades, articulando o seu currículo com o contexto rural, étnico, e com as tradições locais, atendendo às determinações legais vigentes e respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários.

Estratégias:

7.1 - fomentar a articulação de parcerias institucionais, mediante consulta prévia livre e informada à comunidade diretamente envolvida, em conformidade com o Decreto Federal 6040, de fevereiro de 2007, com a Lei Municipal 1835, de 10 de janeiro de 2012, com a Convenção 169 da OIT e Diretrizes para a Educação Escolar Quilombola, para garantir a oferta de Educação Infantil às populações do campo, prioritariamente das comunidades Caiçaras, comunidades indígenas e quilombolas, nas respectivas comunidades, mediante a avaliação, o acompanhamento e a supervisão da Secretaria Municipal de Educação.



⁵ Programa Saúde na Escola

⁶ As comunidades tradicionais a que se refere esse plano são as identificadas no território paratiense reconhecidas pelo Fórum das Comunidades Tradicionais, a saber: as indígenas Guarani, quilombolas e caiçaras.

7.2 - priorizar o acesso e a permanência à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, em especial dos anos iniciais, nas escolas das comunidades tradicionais e populações do campo, através de parcerias, convênios e programas, quando necessário, limitando a nucleação dessas escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantindo consulta prévia livre e informada quando necessário, com atenção especial às comunidades costeiras de difícil acesso, com a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental Regular e Ensino Médio;

7.3 - desenvolver, através de parceria entre a SME, movimentos comunitários e outras instituições, tecnologias pedagógicas atuais, com a implementação da energia elétrica, mesmo que de fonte alternativa com comprovada eficiência e devida manutenção, que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades das escolas do campo e das comunidades tradicionais, sob a perspectiva da inclusão digital através da escola, garantindo a consulta prévia livre e informada;

7.4 - articular com instituições públicas a garantia de matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das comunidades tradicionais, assegurando às mesmas consulta prévia livre e informada;

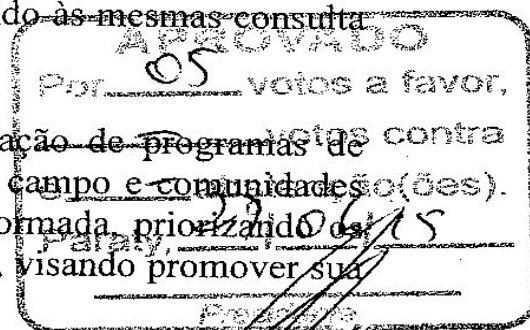
7.5 - fomentar a articulação intersetorial para a implantação de programas de educação e de cultura para a população de jovens e adultos do campo e comunidades tradicionais, assegurando às mesmas consulta prévia livre e informada, priorizando que estejam fora da escola e/ou com defasagem no fluxo escolar, visando promover sua qualificação social e profissional;

7.6 - implantar, conforme o Plano de Ações Articuladas (PAR), ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e garantir a formação político-pedagógica continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas do campo e das comunidades tradicionais.

7.7 - garantir a alfabetização de crianças do campo e de comunidades tradicionais nas suas próprias comunidades, buscando quando necessário sob consulta prévia a produção de materiais didáticos específicos; construídos em conjunto com a comunidade, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem as especificidades de cada comunidade e seus processos pedagógicos, bem como o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades tradicionais;

7.8 - promover, em articulação com associações comunitárias, movimentos sociais e com entidades públicas e privadas, o atendimento às escolas do campo e de comunidades tradicionais na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia livre e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

7.9 - fomentar o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural nas escolas das comunidades tradicionais, garantindo a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo;

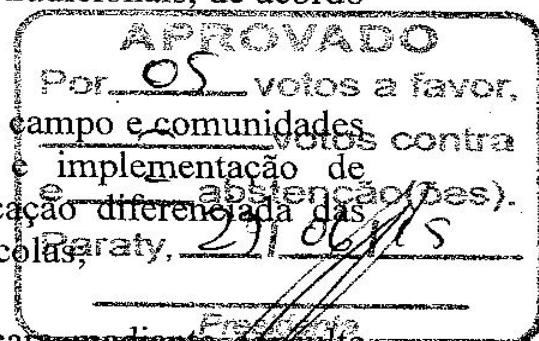


7.10 - garantir, nas comunidades indígenas, a oferta de educação infantil tradicional em língua materna e a oferta bilíngue nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna e em língua portuguesa, a reestruturação e a aquisição de equipamentos, a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação e o atendimento em educação especial, que considerem as especificidades de cada comunidade, bem como processos pedagógicos presentes na cultura Guarani, respeitando as faixas etárias escolares, conforme Deliberação CEE/RJ nº 286/2003, definidas em consulta, prévia livre e informada;

7.11 - promover a elaboração de currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar nas escolas do campo e das comunidades tradicionais, em conjunto com as comunidades, com abordagens interdisciplinares que organizem de maneira flexível conteúdos teóricos e práticos articulados, respeitando todos os seus aspectos e incluindo os conteúdos culturais, sociais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, correspondentes às respectivas comunidades, considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, garantindo a produção e a disponibilização de materiais didáticos específicos;

7.12 - fomentar o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades tradicionais, de acordo com os seus interesses e necessidades;

7.13 - assegurar o atendimento específico às populações do campo e comunidades tradicionais, em relação a acesso, permanência, conclusão e implementação de programas específicos para formação de profissionais de educação diferenciada das comunidades, garantindo a atuação desses profissionais nessas escolas;



7.14 - garantir, em até 02 anos, a criação da Escola Caiçara mediante consulta prévia, livre e informada as comunidades interessadas, e, assegurar a regulamentação da Educação Caiçara, com a participação dos Movimentos Sociais e Comunitários garantindo o direito às comunidades de preservarem suas manifestações culturais, valorizando a pedagogia Griô, considerando a Pedagogia da Alternância e a sustentabilidade do território, em conformidade com o Decreto Federal 6040, de fevereiro de 2007, com a Lei Municipal 1835, de 10 de janeiro de 2012, com a Convenção 169 da OIT;

7.15 - garantir que a alimentação escolar respeite a legislação vigente do PNAE, incorporando elementos que respeitem a cultura alimentar local, observando as peculiaridades do ambiente e a sustentabilidade, valorizando a agricultura tradicional e agroecológica, dialogando com os mestres xeramões, griôs e de saberes locais, divulgando o período de licitação obrigatória;

7.16 - estabelecer critérios para o perfil do profissional que atuará nas escolas das comunidades tradicionais e assegurar que a atividade docente seja exercida, preferencialmente, por professores (as) oriundos (as) das mesmas, conforme preconiza a Convenção 169 da OIT e Diretrizes Curriculares para a Educação Quilombola, estabelecendo prazos para a realização de concurso público específico, implementando formação específica para a atuação dos docentes;

7.17 - garantir a participação efetiva de representação municipal, em especial das lideranças comunitárias, no Conselho Estadual de Educação Indígena, reconhecendo este como espaço de discussão sobre a educação diferenciada Guarani, em todos os níveis e modalidades;

7.18 - fortalecer, em regime de colaboração com a SEEDUC/RJ, o processo de criação da categoria professor indígena, possibilitando a realização de concurso específico para as escolas Guarani;

7.19 - garantir o cumprimento das determinações legais vigentes para a educação diferenciada das comunidades tradicionais, com destaque para a deliberação nº 286/04 do CEE/RJ no que se refere à educação para os povos indígenas;

7.20 - desenvolver, mediante consulta prévia à comunidade diretamente envolvida, em conformidade com a Convenção 169 da OIT, em articulação com os entes federados e universidades, pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo e comunidades tradicionais que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais, além da Pedagogia da Alternância, garantindo a socialização dos resultados em linguagem apropriada;

7.21 - criar instância (departamento, coordenação entre outras formas de gestão no prazo de 02 anos) no âmbito da Secretaria Municipal de Educação que garanta de forma permanente a organização, o acompanhamento, a avaliação e a socialização das ações para implementação da educação diferenciada nas comunidades tradicionais do município, em conformidade com o Decreto Federal 6040, de fevereiro de 2007, com a Lei Municipal 1835, de 10 de janeiro de 2012 e Convenção 169 da OIT;

7.22 - promover, através da SME, em conjunto com as comunidades tradicionais, em articulação com outras entidades, a realização de estudos sobre a educação das mesmas, articulando essas comunidades com as escolas do entorno, tendo como finalidade criar e implementar metodologias diferenciadas de trabalho docente dirigidas para o reconhecimento e a valorização da identidade, da Cultura e da Memória, visando a elevação da autoestima destes povos, em especial crianças e jovens;

7.23 - garantir, no prazo de 02 anos; em conjunto com as comunidades Quilombolas, a implantação da Escola Quilombola, em regime de cooperação entre a SME e as Associações Quilombolas, conforme preconizam a LDBEN 9394/96 e a Resolução CNE nº 04/2010⁷, e Diretrizes Curriculares para Educação Quilombola, visando à oferta da Educação Infantil e do ensino fundamental pleno de forma articulada com o contexto rural, étnico e tradicional dessas comunidades, considerando a Pedagogia da Alternância.

7.24 - prever no calendário escolar a participação efetiva das Escolas Quilombolas municipais no ENCONTRO DA CULTURA NEGRA, que se realiza anualmente no Quilombo do Campinho da Independência, e conseqüentemente, o recesso escolar quando necessário, de forma articulada com o Conselho Escolar da Unidade Escolar;

⁷ Resolução que trata das Diretrizes para a Educação Básica.

APROVADO	
Por	<u>05</u> votos a favor,
	<u>2</u> votos contra
e	<u>1</u> abstenção(ões)
Paraty,	<u>29/06/2015</u>
	<i>[Assinatura]</i>

7.25 - promover a articulação com a SEEDUC/RJ, de forma a garantir o atendimento do Ensino Médio gratuito, podendo ser integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades tradicionais, em seus territórios, de acordo com os seus interesses e necessidades;

7.26 - garantir que na organização, administração e gestão da educação para as comunidades tradicionais, os critérios científicos e pedagógicos prevaleçam sempre sobre quaisquer critérios de natureza administrativa ou outra que claramente não se compatibilize com as escolas e práticas educativas que delas decorrem;

7.27 - promover o processo de gestão democrática em todas as escolas das comunidades tradicionais, de acordo com a legislação vigente, garantindo a autonomia dos Conselhos Escolares e sua participação na construção do Projeto Político Pedagógico;

7.28 - garantir a implementação de calendários escolares diferenciados, respeitando os tempos e atividades de cada comunidade tradicional;

7.29 - criar Conselho Deliberativo de Educação Diferenciada das comunidades tradicionais, composto por movimentos sociais e comunitários, além da SME, para definir e regular o modelo de organização pedagógica e gestão da educação escolar das mesmas;

7.30 - reconhecer as especificidades das comunidades costeiras, atendendo a toda demanda de acesso à educação escolar, independente do número de crianças em idade escolar, limitando a nucleação e o deslocamento dessas crianças, garantindo a escolarização em todos os níveis nas suas próprias comunidades;

7.31 - Implementar , a expansão do Ensino Fundamental nos anos finais nas comunidades tradicionais e do campo, em pelo menos 02 escolas, a cada 02 anos, mediante estudo da necessidade das comunidades em questão, considerando a Pedagogia da Alternância e em conformidade com as metodologias participativas dialógicas;

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

Por <u>05</u> votos a favor,
<u> </u> votos contra
e <u> </u> abstenção(ões).
Paraty, <u>29/06/15</u>

META 8 - implementar políticas públicas de combate a quaisquer formas de discriminação e preconceito étnico/racial, de gênero/geração no âmbito escolar, garantindo a valorização da diversidade cultural e étnica nos currículos das escolas de educação básica no município.

Estratégias:

8.1 - instituir, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, um fórum permanente de estudos e debates inter-setoriais a respeito das questões que envolvem a educação afro-brasileira, indígena e caiçara no município, estimulando a participação de toda a população, garantindo principalmente a participação de educadores, do Fórum das comunidades tradicionais, artistas, da população afro-descendente e demais

populações tradicionais, favorecendo a divulgação de editais e programas que garantam a interação entre a escola e os diferentes setores, grupos e instituições da sociedade.

8.2 - instituir um grupo especializado, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, que incorpore e garanta a participação, através de representação, do Fórum de Comunidades Tradicionais, dos conselhos escolares e demais representações dos movimentos sociais e culturais, para análise e, quando necessária, a substituição de materiais didáticos que contenham conteúdos depreciativos com recorte étnico/racial, de gênero/geração;

8.3 - promover a relação das escolas com instituições, movimentos culturais e comunitários, como parte fundamental dos Projetos Político-Pedagógicos, a fim de garantir a participação regular em atividades culturais para a livre fruição dos (as) estudantes (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem pólos de criação e a ampla difusão de saberes pluriétnicos não hierarquizados;

8.4 - instituir a prática de pesquisa sobre as datas significativas para valorização da cultura, das lutas e memórias afro-descendente, indígena e caiçara incluindo-as nas propostas pedagógicas das escolas do município em todos os níveis e modalidades;

8.5 - realizar, em articulação com instituições de ensino e pesquisa, com os movimentos sociais e comunitários, em especial o Fórum das Comunidades Tradicionais, levantamento sobre memórias de matrizes indígena, africana, caiçara e demais populações tradicionais na história paratiense, visando valorizar e divulgar o protagonismo dos grupos tradicionais, tais como: quilombolas, comunidades e territórios negros no município, comunidades indígenas e caiçaras;

8.6 - garantir a inserção de saberes e práticas cotidianas de matrizes caiçaras, indígenas, africanas e demais populações tradicionais nos currículos escolares, através do intercâmbio com diferentes sujeitos sociais, com os/as Griôs, Xeramõe e mestres detentores dos saberes tradicionais que acumulam memórias e trabalhos reconhecidos no setor;

8.7 - garantir o diálogo com as comunidades tradicionais, com seus centros difusores de cultura, assim como com outros grupos que trabalham a temática da diversidade cultural e étnica, nas discussões e elaborações de propostas sobre a educação, incluindo agentes culturais através de Projetos, na Secretaria de Educação e nas respectivas escolas, com os Pontos de Cultura, fomentando a cultura local;

8.8 - implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, com a participação da CONAQ e do Fórum das Comunidades Tradicionais, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

8.9 - promover o acesso as políticas de atendimento sócio-educativo para a inclusão e permanência na escola de adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

APPROVADO
Por 05 votos a favor,
— votos contra
e — abstenção(ões).
Paraty, 29/06/23

Presidente

8.10 - Promover sistematicamente amplo debate com a comunidade escolar, os Órgãos de Segurança Pública (Conselho Tutelar, Ministério Público, CMDCAP, Defensoria Pública e CIJI) e Assistência Social sobre as melhores estratégias para atendimento e inclusão de Jovens e Adolescentes em liberdade assistida analisando cada caso específico e garantindo a segurança de toda a comunidade escolar.

8.11 - garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais e culturais, nos termos das Leis 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, além de caiçara e demais populações tradicionais, e em conformidade com o Decreto Federal 6040, de fevereiro de 2007, com a Lei Municipal 1835, de 10 de janeiro de 2012 e Convenção 169 da OIT, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

8.12 - promover, prioritariamente, a formação permanente dos profissionais da educação, em parceria com universidades, outras instâncias governamentais, Movimentos Sociais, Culturais e Comunitários, com o objetivo de promover a implantação das diretrizes para a educação das relações étnico-raciais nas escolas, de forma interdisciplinar, em todos os níveis da escolarização da Educação Básica,

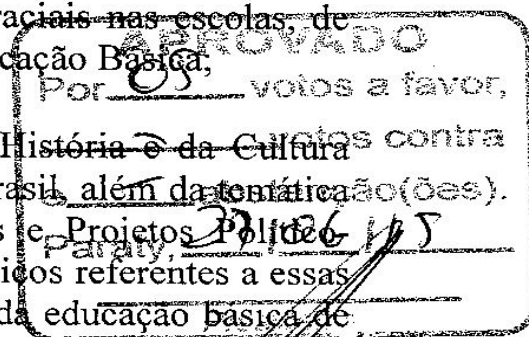
8.13 - garantir a inclusão da temática de valorização da História e da Cultura africana, afro-descendente e dos povos indígenas e caiçaras no Brasil, além da temática do racismo na sociedade brasileira, nas propostas curriculares e Projetos Pedagógicos, incluindo a discussão e a seleção dos conteúdos básicos referentes a essas temáticas a serem trabalhadas em todos os anos de escolaridade da educação básica de forma transversal a todos os componentes curriculares;

8.14 - criar programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literatura, materiais pedagógicos e de dicionários, bem como programa específico de acesso a bens culturais, voltados à implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 e a outras normativas que determinam a valorização de culturas tradicionais, a serem disponibilizados na rede pública de Educação Básica;

8.15 - favorecer e garantir a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação, promovendo parcerias que viabilizem a produção, autoria e publicação de acervo voltado à História e à Cultura das comunidades em que as escolas estão inseridas;

8.16 - promover e garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar, para as escolas do campo e para as comunidades tradicionais, respeitando todos os seus aspectos, incluindo os conteúdos culturais, sociais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos;

8.17 - garantir o estímulo ao profissional de educação afro-descendente, indígena e caiçara, além de outros que se encontrem em situação de vulnerabilidade, destacando-



se a questão de gênero, no seu processo de afirmação de identidade, incluindo esta questão e seus desdobramentos nos espaços de discussão pedagógica;

8.18 - realizar o levantamento e a análise anual dos dados sobre acesso, permanência e terminalidade da população, nos diferentes níveis e modalidades da educação básica, com recorte de raça/cor/etnia, visando subsidiar as políticas públicas municipais da promoção da igualdade racial;

8.19 - garantir, em consonância com a legislação Municipal vigente, novos assentos no Conselho Municipal de Educação, especialmente o dos representantes das comunidades tradicionais no município;

8.20 - criar instância (departamento, coordenação, entre outras formas de gestão), no prazo de 02 (dois) anos, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação que garanta de forma permanente a organização, o acompanhamento, a avaliação e a socialização das ações para implementação das leis nº 10.639/03 e 11.645/08, em conformidade com o Decreto Federal 6040, de fevereiro de 2007, com a Lei Municipal 1835, de 10 de janeiro de 2012 e Convenção 169 da OIT, de forma articulada com as equipes técnico-pedagógicas das instituições educativas das Redes municipal, estadual, federal e privada no município de Paraty;

8.21 - mobilizar recursos, em articulação entre os entes federados, mediante planejamento, para a realização de intercâmbio entre as comunidades tradicionais, outros grupos culturais e as unidades escolares do município, através de palestras, oficinas, visitas monitoradas pelas próprias comunidades e outras metodologias;

8.22- fomentar a erradicação das desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA abstenção(ões).

Meta 9 - garantir a melhoria da qualidade da educação básica no município em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.

Estratégias:

9.1 - garantir a implantação, no prazo de dois anos a partir da publicação deste PME, das diretrizes pedagógicas com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) estudantes (as) para cada ano da educação básica, considerando a base nacional comum dos currículos, respeitada a diversidade local;

9.2 - implantar processo contínuo de avaliação da aprendizagem e de autoavaliação nas escolas de educação básica do Município, por meio da constituição de instrumentos próprios que orientem as dimensões a serem fortalecidas: a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação

APROVADO
Por 05 votos a favor,
2 votos contra
1 abstenção(ões).
Paraty, 29/06/15

continuada da
democrática;

9.3 - asse
livre, apoiado
professores e com
parâmetro ou obje

9.4 - instituir
específica que gar
estudantedo e do c
das escolas, nos rec
outras dimensões
ensino, com destaqu

9.5 - assegurar
atendimento às neces
estabelecidas para a e
apoio técnico e financ
profissionais de educa
expansão da infraestrutu

9.6 - alinhar as pol.
metas do Ideb, diminuin
média nacional, garantind

9.7 - acompanhar e
resultados pedagógicos dos
básica e do Ideb, assim cc
escolas, às redes públicas de educação básica, assegurando a contextualização desses
resultados, com relação a indicadores sociais, técnicos e pedagógicos relevantes,
garantindo que esses dados sejam utilizados preservando a autonomia dos Projetos
Político Pedagógicos de cada Unidade Escolar.

9.8 - incentivar o desenvolvimento, apoiar e divulgar práticas pedagógicas
inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a
diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com o acompanhamento dos
resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

9.9 - garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação
básica, incluindo a renovação e padronização integral da frota terrestre e marítima, de
acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e
Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União
proporcional às necessidades do município, visando a reduzir a evasão escolar e o
tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

9.10 - promover a universalização do acesso à rede mundial de computadores em
banda larga de alta velocidade aderindo ao programa nacional UCA – Um Computador
por Estudante, nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização
pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

sionais da educação e o aprimoramento da gestão

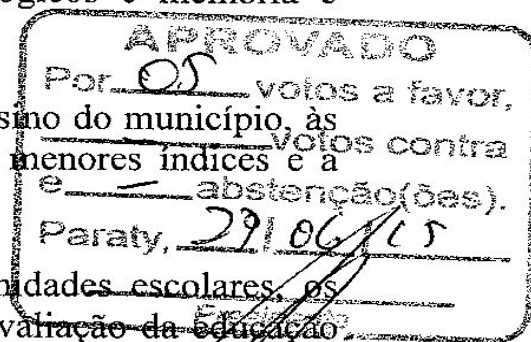
ocesso de aprendizagem dos educandos seja autônomo,
experiências de vida, suas relações de aprendizado com
todo os indicadores de aprendizagem consequência (nem
ocesso;

la SME, a partir da publicação deste PME, uma equipe
atamento de dados estatísticos, com base no perfil do
fissionais da educação, nas condições de infraestrutura
gógicos disponíveis, nas características da gestão e em
considerando as especificidades das modalidades de
cação Especial;

planos de ações articuladas sejam voltados para o
ais levando ao cumprimento das metas de qualidade
básica pública, utilizando-se das estratégias federais de
adas à: melhoria da gestão educacional, formação de
envolvimento de recursos pedagógicos e melhoria e
la rede escolar;

blicas das redes e sistemas de ensino do município, às
diferença entre as escolas com os menores índices e a
de da aprendizagem;

ar bianalmente, junto às comunidades escolares, os
dores do sistema nacional de avaliação da educação
os resultados dos indicadores próprios, relativos às
escolas, às redes públicas de educação básica, assegurando a contextualização desses
resultados, com relação a indicadores sociais, técnicos e pedagógicos relevantes,
garantindo que esses dados sejam utilizados preservando a autonomia dos Projetos
Político Pedagógicos de cada Unidade Escolar.



9.11- aderir e garantir a implementação de programas com a finalidade de aprofundar ações de atendimento ao (à) estudante (a), em todas as etapas da educação básica, por meio do acesso a recursos suplementares para material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

9.12 - promover, em regime de colaboração com a União, outras entidades e entes federados, gradativamente, o acesso a equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

9.13 - garantir a adequação aos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços estabelecidos pela União, em todas as escolas de educação básica do município, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

9.14 - informatizar integralmente, em regime de colaboração com a União e demais entes federados, a gestão das escolas públicas, bem como garantir a adesão ao programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação;

9.15 - fomentar o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural, garantindo a participação das comunidades escolares na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo;

9.16 - garantir, no prazo máximo de 02 ano, pelo menos 50 % e em 03 anos 100%, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a implantação das salas de leitura multifuncionais em todas as escolas da rede, bem como a formação de leitores e a capacitação de profissionais da educação, tais como professores, bibliotecários, auxiliares de bibliotecas e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

9.17 - promover a ampliação da oferta de educação integral⁸, em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas no município, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola e direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

9.18 - ampliar os investimentos na educação municipal, bem como promover a articulação com as diversas instituições existentes no município, com a finalidade de

⁸ Define-se como Educação Integral neste documento aquela que incorpora, além dos conhecimentos sistematizados nas disciplinas apontadas na Base Comum, outras áreas de conhecimento, como Música, Educação Física, Educação Ambiental, Educação Patrimonial, Corporeidade, Ética, entre outros.

_____	votos contra
_____	e _____ abstenção(ões).
Paraty, 29/06/15	

aumentar, gradativamente, na vigência deste PME, a oferta de educação em tempo integral nas escolas públicas;

9.19 - promover, com o apoio da União, bem como através de articulação intersetorial no próprio município, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) estudantes (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, possa ser ampliada gradativamente para, no mínimo 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo;

9.20 - garantir, no âmbito do executivo municipal, a articulação com programas de ampliação, reestruturação e construção de escolas com padrão arquitetônico, com acessibilidade e de mobiliário adequado, em especial as pessoas com deficiência, para atendimento em tempo integral e que estejam em consonância com os Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades Escolares, considerando a necessidade da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como a produção de material didático, prioritariamente em comunidades com crianças em situação de vulnerabilidade social;

9.21 - proporcionar, em regime de colaboração com entes federados e outras entidades, formação de recursos humanos para a atuação na Educação Integral em tempo integral;

9.22 - fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos locais e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinemas, visando ao enriquecimento da proposta pedagógica de cada escola e sua jornada ampliada; cabendo ao Órgão Gestor organizar o transporte adequado para o traslado e pessoal de apoio para o acompanhamento, quando necessário.

9.23 - fomentar a articulação entre as Secretarias de Educação e Cultura com as instituições que promovem eventos na cidade, garantindo dessas, contribuição social e cultural, articulando-os às propostas pedagógicas da Rede Municipal;

9.24 - garantir que no PPP – Projeto Político Pedagógico das escolas e na Matriz Curricular da Educação Básica estejam contempladas as propostas de Educação Física, Artes, Língua Estrangeira, Educação Ambiental, Patrimonial, e Filosofia e demais áreas previstas nos PPPs, promovendo a formação continuada para os professores e o atendimento por profissionais habilitados e concursados quando normatizado pela legislação de forma a viabilizar a Educação Integral no município;

9.25 - garantir, através da criação de dispositivos legais, a continuidade de projetos educacionais avaliados positivamente, com resultados comprovados para a melhoria da qualidade da educação pública no município, tornando-os programas educacionais permanentes;

9.26 – Priorizar a matrícula dos estudantes provenientes da Assistência Social Casa Abrigo às escolas do município nas proximidades de endereço de sítio da casa referida.

Orgão Gestor
_____ votos a favor,
_____ votos contra
_____ e ____ abstenção(ões).
_____ Presidente

APROVAÇÃO

Por 05 votos a favor,
7 votos contra
e 7 abstenção(ões).
Paraty, 29 / 06 / 05

Presidente

FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Meta 10: estabelecer políticas de formação continuada para os (as) profissionais da educação, incluindo outros segmentos que não os do magistério, promovendo a articulação municipal com os entes federados e outros setores.

Estratégias:

10.1 - garantir a articulação municipal com a política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em regime de colaboração entre a União, os Estados e o Distrito Federal, até o final da vigência do PME, visando assegurar que todos os professores e às professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

10.2 - elaborar, e manter atualizado anualmente, um plano estratégico que apresente diagnóstico da demanda por formação continuada de profissionais da educação do Município com vistas a favorecer a articulação para atendimento através de programas vinculados a instituições públicas e comunitárias de educação superior;

10.3 - promover a divulgação de iniciação à docência, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica no município;

10.4 - garantir, em articulação com entes federados, a estrutura para o acesso à plataforma eletrônica em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação;

10.5 - promover a formação continuada dos profissionais da educação para estimular a renovação pedagógica, incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica, de que tratam as estratégias 2.1, 2.2, 3.2 e 3.3 do PNE;

10.6 - incentivar e favorecer as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica no município;

10.7 - promover a articulação com diferentes instituições para a oferta de cursos e programas que assegurem formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício;

10.8 - incentivar a formação, nas respectivas áreas de atuação, dos (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério divulgando a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos.

10.9 - estimular a formação continuada dos professores da educação básica, em nível de pós-graduação, em sua área de atuação;

10.10 - garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino, avaliando sua participação efetiva;

10.11 - estimular e criar mecanismos de incentivo ao acesso a portais eletrônicos, materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível, disponibilizados gratuitamente para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica;

10.12 - fortalecer a formação dos profissionais de educação das escolas públicas de educação básica, por meio da articulação com ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e com programas de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais.

10.13 - Instituir, no prazo máximo de 2 anos, a valorização e a permanência de professores qualificados em atuação nas classes de alfabetização (1º ao 3º ano), através de incentivo financeiro;

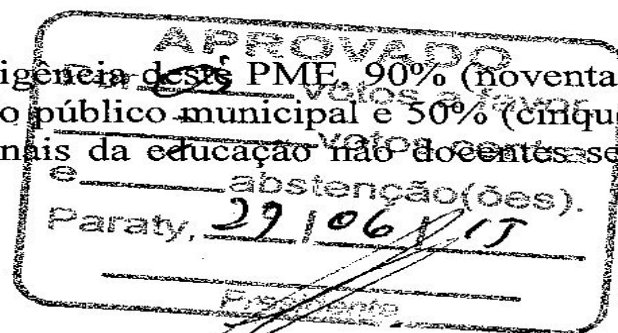
10.14 - Instituir, durante a vigência deste PME, a valorização dos professores em atuação nas classes multianuais (E. Infantil ao 5º ano e EJA), levando em consideração o número maior do que 10 estudantes, através de incentivo financeiro;

10.15 - garantir, a partir da publicação deste PME em articulação com o PCCV, o cumprimento da Lei no 11.738, de 16 de julho de 2008, estabelecendo momentos de estudos coletivos nas escolas e gerais, na Rede, assegurando a participação efetiva dos profissionais da educação, através da sistematização e publicação das reflexões coletivas;

10.16 - fortalecer a formação e a valorização das equipes gestoras da rede municipal de ensino, inclusive de forma a equiparar seu rendimento médio às responsabilidades inerentes a cada cargo/função;

10.17 - constituir, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, até o final do primeiro ano de vigência do PME, fórum permanente, com representação dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da implantação do Plano de Cargos Carreira e Vencimentos dos Profissionais da Educação – PCCV do Magistério, considerando a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica equiparando a média salarial dos demais profissionais de nível superior;

10.18 - garantir que, até o terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos profissionais do magistério público municipal e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam



ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas unidades escolares a que se encontrem vinculados;

10.19 - implantar, na rede pública municipal de ensino o acompanhamento dos profissionais iniciantes, coordenados por profissionais experientes, a fim de fundamentar, a avaliação documentada do estágio probatório, oferecendo, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação;

10.20 - prever, no prazo de 2 anos a partir da vigência deste PME, no Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais da Educação – PCCV do Magistério, critérios para concessão de licenças remuneradas e incentivos para especialização profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu;

10.21 - estabelecer, a partir do segundo ano de vigência deste PME, parceria com a Secretaria Municipal de Saúde com a finalidade de garantir e priorizar o atendimento multidisciplinar aos profissionais de educação, considerando os aspectos inerentes a especificidades das funções exercidas, tais como: clínicos gerais, fonoaudiólogo, psicólogo, psiquiatra, alergologista, otorrinolaringologista, ortopedista, entre outros.

10.22 - desenvolver, através de articulações inter-setoriais (Saúde, Segurança Pública, Conselho Tutelar, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Promoção Social e Conselhos Escolares, etc.) políticas de combate à violência na escola;

10.23 - desenvolver, através de articulações inter-setoriais, ações destinadas à capacitação dos profissionais da educação para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

APROVADO	
Por <u>05</u>	votos a favor,
<u>—</u>	votos contra
e <u>—</u>	abstenção(ões).
Paraty, <u>29/06/15</u>	
_____ Presidente	

Meta 11: assegurar condições, no prazo máximo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, aderindo aos programas da União que prevejam apoio técnico e recursos:

Estratégias:

11.1 - regulamentar o processo para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, após eleição direta, com critérios técnicos de mérito e desempenho garantido pela participação da comunidade escolar, conforme previsto na Lei Orgânica Municipal - LOM, e no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação – PCCV em consonância com a legislação nacional, favorecendo a adesão municipal às transferências voluntárias da União;

11.2 - aderir aos programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, alimentação escolar, e

aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, permitindo a esses colegiados o acesso a recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

11.3 - constituir Fóruns Permanentes de Educação no município, com ampla participação da comunidade escolar, com o intuito de coordenar as conferências municipais bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME;

11.4 - criar, em regime de colaboração entre as instituições educacionais, estratégias de divulgação das ações pedagógicas, administrativas e financeiras de cada um dos sistemas e entidades educacionais presentes no município.

11.5 - estimular, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se, tempo e, gradativamente, espaços adequados e condições para o seu funcionamento nas escolas fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares;

11.6 - Promover a construção e/ou atualização dos regimentos internos das unidades escolares no município, através da articulação entre equipes gestoras e conselhos escolares, garantindo a ampla participação da comunidade escolar;

11.7 - promover a constituição de conselhos escolares e o fortalecimento do Conselho Municipal de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, fomentando a participação dos conselheiros em programas de formação, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

11.8 - garantir e estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, estudantes (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, através de mecanismos de informação e formação em “comunidade de aprendizagem” e “novas tecnologias sociais”;

11.9 - estabelecer processo de participação efetiva da comunidade escolar na elaboração de parâmetros de qualidade e assegurar a participação dos pais e estudantes na avaliação dos trabalhos pedagógicos e da gestão escolar;

11.10 - garantir o caráter deliberativo dos Conselhos Escolares e a ampla divulgação dos resultados decorrentes das decisões relativas à aplicação dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e demais programas voltados para o investimento direto nas escolas;

11.11 - garantir e favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nas escolas;

11.12 - articular gradativamente, processos de autonomia administrativa e de gestão financeira, através da gestão compartilhada de recursos, entre a Secretaria Municipal de Educação - SME e outras Secretarias Municipais competentes para este fim;

APROVADO
Por _____ votos a favor,
_____ votos contra
e _____ abstenção(ões).
Paraty, 29/06/15

11.13 – garantir a participação de profissionais da educação nos programas nacionais de formação de gestores, a fim de qualificar a participação dos mesmos no processo de gestão democrática;

11.14 - desenvolver processo formativo amplo com o objetivo de envolver e subsidiar todos os interessados em assumir funções de gestão escolar;

11.15 - fornecer suporte administrativo e técnico para realização e acompanhamento dos gastos com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE;

11.16 – garantir a publicização e a ampla divulgação do orçamento e dos gastos públicos anuais referentes à Educação Municipal assegurando a transparência e o Controle Social na utilização dos recursos;

11.17 – criar o Fundo Municipal de Educação, garantindo que a Secretaria Municipal de Educação seja ordenadora de suas despesas;

11.18 – promover a revisão do Regimento Interno do CME, garantindo a paridade entre os assentos do Poder Público e da Sociedade Civil;

11.19 – criar critérios de ampliação do número de vagas escolares anual levando em consideração a taxa de natalidade, de acordo com o SINAU e a porcentagem de migração para a cidade;

11.20 – garantir que na organização, administração e gestão da escola os critérios científicos e pedagógicos prevalecerão sempre sobre quaisquer critérios de natureza administrativa ou outra que claramente não se compatibilizem com o projeto e as práticas educativas ou organizacionais que dele decorrem;

11.21- buscar, mediante acordo e parcerias inter-setoriais, o passe livre para atividades sócio-educativas, pedagógicas e culturais para professores e estudantes da rede pública na rede municipal de transporte;

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Ata de

Por 05 votos a favor,
0 votos contra
e 0 abstenção(ões).

Paraty 20/06/15

Presidente

Meta 12: Garantir o investimento em educação pública, de acordo com o aumento da arrecadação municipal, em consonância com ampliação do investimento público nas esferas federal e estadual.

Estratégias:

12.1 - garantir o percentual mínimo de 25% do investimento na educação pública municipal, para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental pleno, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, com vistas a atender demandas educacionais do município à luz do padrão de qualidade nacional;

